

# adunicamp

Boletim extra  
11/04/88

Este Boletim extra traz a posição dos delegados da ADUNICAMP com relação ao Congresso da ANDES, realizado em Juiz de Fora, de 24 a 31 de Janeiro. Dado o processo de eleição da Diretoria, no período de 4 a 6 de Maio, a ADUNICAMP considera necessário o aprofundamento da discussão e avaliação do trabalho da entidade máxima dos docentes universitários. Esperamos poder contribuir com esse debate.

GARANTIR A UNIDADE DA ANDES E DO MOVIMENTO DOCENTE

HELENA C.L.de FREITAS

O congresso da ANDES, realizado em Juiz de Fora no período de 24 a 31 de janeiro, desenvolveu-se em um momento de extrema gravidade da vida nacional, com as constantes ameaças à Constituinte, à legalidade democrática e à Universidade Pública. Esse quadro exigia, naquele momento, como bem apontávamos nas discussões anteriores ao Congresso, a unidade do movimento docente e das AD's em torno da entidade nacional visando fazer frente aos setores conservadores e retrógrafos em sua investida à Constituinte.

O Congresso, no entanto, foi um Congresso fraco, do ponto de vista político, sem a repercussão política que um evento dessa natureza exige. Suas conclusões não significaram grande avanço no que diz respeito à defesa das histórias do movimento docente em defesa da Universidade Pública e Gratuita e da luta mais geral dos trabalhadores. Passaremos a analisar alguns pontos que do nosso ponto de vista refletem essa nossa afirmação e que caracterizam uma determinada prática da ANDES que deverá ser superada de maneira a torná-la representativa de todos os setores que compõem o movimento docente e o quadro da Universidade Brasileira.

Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar duas deliberações do Congresso que representam pontos positivos na nossa organização: 1º a realização de um Congresso de Docentes ANDES/CPB com o objetivo de definir nossa posição sobre a LDB e o Plano Nacional de Educação; 2º a definição da Constituinte como o espaço onde deve ser travada a luta na defesa de nossas propostas relativas à educação e aos direitos e garantias individuais. Muito embora tenhamos saído do Congresso sem um plano de lutas concreto que aponte os caminhos para uma mobilização maior, consideramos fundamental que o Congresso tenha firmado essa posição.

## AS QUESTÕES DE CONJUNTURA E A FILIAÇÃO A CUT

O Congresso da ANDES foi marcado pela ausência de discussão política, tanto nos grupos quanto nas plenárias. A análise de conjuntura que deveria contemplar a discussão sobre os graves problemas que afligem o país e as saídas para a crise do ponto de vista da participação do MD, ficou restrita a "remendos" ao texto proposta pela Diretoria no Boletim preparatório ao Congresso e ao seu próprio texto substitutivo. Não houve, como em outros Congressos, a participação massiva das AD's no que diz respeito a elaboração de teses para o enriquecimento dos debates.

Além disso, os diferentes grupos e plenárias recusavam-se a debater temas fundamentais como Parlamentarismo e Presidencialismo e Dívida Externa entre outros. Na questão do sistema de governo, a Plenária passou 30 minutos argumentando que não queria discutir a questão para a qual se solicitara 30 minutos!

Nas resoluções publicadas podemos constatar este absurdo e a reação que tal decisão provocou, revelando a marca da partidarização do Congresso.

Na verdade, todo o VII Congresso girou em torno de apenas uma questão: FILIAÇÃO DA ANDES À CUT. Essa discussão, que se arrasta desde 85 no movimento docente, polarizou todas as discussões anteriores ao Congresso nas diferentes AD's. Vários delegados, da grande maioria das AD's, chegaram ao Congresso com a deliberação expressa de suas Assembléias de não filiação a nenhuma central, e assim se manifestaram na votação inicial. No entanto a Diretoria, que teve sua proposta de filiação à CUT (conforme Boletim preparatório ao Congresso), derrotada nas bases das AD's, apresentou um indicativo de filiação à CUT no VIII Congresso que na Prática significa uma "filiação branca", na medida em que propõe a participação da ANDES e das AD's exclusivamente nos foruns da CUT - Congresso e Departamentos de Educação - além de recomendar que as AD's se filiem à CUT. Essa proposta não corresponde ao movimento real e as discussões anteriores ao Congresso nas diferentes Assembléias. Outro indicativo, proposto por nós, colocava clamente a necessidade de aprofundar o debate sobre o movimento sindical no inteiror das AD's e da ANDES, e continuar lutando pela unidade do movimento sindical, participando de todos os foruns das duas centrais - CUT e CGT - e dos foruns intersindicais.

A vida esta demonstrando que essa decisão da ANDES trará sérias consequências e graves prejuízos para a unidade das AD's, tal como apontávamos antes do Congresso e durante o Congresso. A recente decisão de setores da CGT de convocarem uma Plenária Sindical Nacional com o objetivo de analisar a realidade atual e recuperar os estatutos e o programa da CGT definidos no Congresso de Praia Grande, demonstram o grave erro que a Diretoria da ANDES cometeu ao estreitar sua posição

e empurrar para o conjunto do movimento docente a posição de uma parte desse movimento, de filiação a CUT. Obedecendo as posições partidárias de sua Diretoria e dos delegados presentes, a ANDES não levou em consideração a posição das bases do movimento nas diferentes assembleias e AD's, contrariando a vontade da grande maioria dos docentes universitários deste país. A falta de sensibilidade da Diretoria, aliada a sua posição partidária, impediram-na de dirigir este processo de maneira objetiva e respeitando os anseios do movimento docente nacional.

#### UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA (NÃO TÃO GRATUITA)

Nas questões da Universidade, o Congresso representou um retrocesso. Bandeiras históricas do movimento docente e do movimento geral dos educadores e estudantes, como a ampliação do número de vagas nas Universidades Públicas e criação de cursos noturnos foram jogadas "para maior discussão nas bases" (!) sob o argumento de que necessitavam maior discussão e de que não poderiam significar "queda da qualidade do ensino".

No momento em que a investida dos setores privatistas na Constituinte as faz mais forte para fazer aprovar as propostas do Centrão relativas a educação, essa posição vacilante da ANDES certamente não contribuiu para fazer avançar a luta em defesa do ensino público e gratuito. Questões como Avaliação Acadêmica e Financiamento da Universidade, intimamente ligadas a nossa luta histórica em defesa da Universidade Pública, passaram ao largo nas discussões dos grupos e plenárias, embora tenham merecido Seminários a parte em períodos anteriores ao próprio Congresso.

A análise minuciosa e cuidadosa que fizemos dos Relatórios Finais de todos os Congressos, nos permite dizer que este Congresso da ANDES foi o de menor peso político no que tange às deliberações e Planos de Luta em defesa da Universidade Pública e Gratuita, entre outros itens de pauta.

#### QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Um aspecto a lamentar na preparação deste VII Congresso foi a ausência das reuniões preparatórias nas Vice-Presidências Regionais, instância da entidade que congrega as AD's das várias regiões do país. Fórum de discussão que permite discussões mais aprofundadas, levando em consideração das diferentes realidades das regiões, não chegou a se reunir sequer durante o Congresso, embora estivesse previsto na convocatória. As regionais somente se reuniram em torno da articulação que apoia a atual Diretoria da ANDES, desvirtuando a instância como instância de discussão de todos os delegados independente de suas posições partidárias.

Além disso, o Congresso foi marcado pelo predomínio das Universidades Federais. Dadas as dificuldades encontradas nas Universidades Particulares para a organização de entidades devido a perseguições e demissões, o número de delegados das IES particulares é sempre restrito nos Congressos da ANDES. Este Congresso, no entanto, apresentou um quadro inusitado: várias AD's particulares não compareceram, por problemas financeiros, como a PUC-Goiás e a PUC-São Paulo. Outras como a PUC-Campinas e PUC-Rio Grande do Sul não compareceram com o número de delegados a que tinham direito. Aliás, este quadro não foi privilégio das particulares. Várias AD's, em especial as do Centro Oeste, Leste, Sul e Rio de Janeiro, federais e estaduais, não compareceram com o número completo de delegados, enquanto que AD's da região Norte e Nordeste enviaram, em sua grande maioria, a totalidade dos delegados a que tinham direito. Esta análise reflete uma completa inversão da realidade no que diz respeito ao peso político das AD's, do movimento docente no quadro das Universidades do país. Do nosso ponto de vista, essa composição do Congresso é fruto da política asfixiante que a ANDES tem para com as AD's e a sistemática de contribuição e de rateio dos CONAD's e Congressos. A política financeira tem sido fruto de grandes discussões no interior das várias AD's e nos diferentes Congressos. A ADUNICAMP tem levado, a cada ano, propostas alternativas que contemplam a realidade concreta das AD's e visam superar as dificuldades políticas decorrentes dessa política equivocada. A contribuição das AD's para a ANDES, em sua grande maioria, significa uma quantia superior às suas capacidades financeiras: muitas vezes, a contribuição mensal atinge o índice de 22% como é o caso atual da ADUNICAMP, que passará a contribuir mensalmente com aproximadamente Cz\$ 100.000,00 de uma arrecadação de Cz\$ 450.000,00 aproximadamente.

Essa política financeira traz sérios prejuízos políticos. Há vários anos, por exemplo, que a ADUNICAMP não consegue enviar aos Congressos o número de delegados a que temos direito e que corresponderia ao peso político que a entidade tem a nível estadual e nacional. Outras AD's enfrentam esse mesmo problema e não solucionam a contradição entre levar um movimento forte, enraizado nas bases nas suas categorias e comparecer aos Congressos com um número de delegados que represente o peso político que tem a nível nacional. Essa situação esdruxula acaba por refletir um quadro irreal do movimento docente a nível nacional e termina por influir nas próprias decisões e deliberações das instâncias da ANDES, em especial nos Congressos, na medida em que a própria realidade apresenta-se invertida na composição dos delegados.

## PROCESSO EXCLUSIVISTA NA FORMAÇÃO DA CHAPA PARA A DIRETORIA

Os processos anteriores de formação de chapa ou chapas para as Diretorias da ANDES, foram ricos na discussão e avaliação do movimento e das diferentes visões sobre a prática política da entidade, independente da formação de uma ou duas chapas. Neste Congresso a Diretoria teve um procedimento diferente, pois nem mesmo previu nos horários livres, discussões abertas a todos os delegados, sobre a formação de chapa ou sucessão da Diretoria.

Foi um processo extremamente sectário e exclusivista, onde a articulação denominada ANDES AUTONOMA E DEMOCRÁTICA, recusou-se a conversar com as outras forças políticas, apesar de vários esforços nesse sentido, por parte de vários delegados. A chapa única - não unitária - formada a partir deste processo, reflete a concepção da atual Diretoria e da força política que a dirige, de hegemonizar o movimento com apenas uma concepção política, não refletindo a realidade do movimento nacional. A atual chapa não reflete o quadro do ensino superior no nosso país e nem mesmo o movimento docente a nível local de cada AD, em termos da representatividade de seus membros.

### OS CAMINHOS PARA A UNIDADE DO MOVIMENTO DOCENTE

Gostaríamos de finalizar nossa discussão apontando para algumas questões que do nosso ponto de vista deverão estar presentes nos debates sobre a ANDES, o movimento docente nacional e as grandes questões que teremos daqui para a frente, dado o quadro extremamente grave que vivemos.

1. Em primeiro lugar, reafirmamos a importância da ANDES como a entidade máxima dos docentes universitários e a necessidade sempre presente de que ela seja ampla, unitária, pluralista e combativa na defesa dos interesses dos docentes, da Universidade Pública e dos interesses maiores do povo brasileiro. A unidade dos docentes universitários em torno da entidade é fator fundamental na luta que estamos travando contra os setores mais retrógrados de nosso país.

2. Essa unidade, no entanto, se constrói na prática do debate político, da crítica à condução do movimento e da denúncia também da política incorreta na definição dos rumos do movimento docente a nível nacional.

3. O grave equívoco que representou a apresentação do indicativo de filiação à CUT que na prática é a filiação já à CUT, deverá ser combatido com o aprofundamento do debate acerca do movimento sindical, seus rumos e sua unidade, nunca com o exclusivismo de uma tendência partidarizada, de uma concepção política. Levar em

conta as deliberações das bases e suas reais necessidades, articulada com uma visão da necessidade de unidade do movimento docente e do movimento sindical, é a tarefa essencial neste momento. O novo quadro que se abre no movimento sindical com o isolamento dos setores da direita representados por Magri e Medeiros na CGT e a criação de uma frente classista e unitária, coloca novos desafios para a ANDES, as AD's e para o movimento docente. Fechar os olhos a essa realidade ou tentar impor, hegemonicamente, uma visão estreita e sectária do movimento sindical, somente agrava a divisão hoje existente e contribui para o fortalecimento dos setores conservadores e da direita no movimento sindical e no movimento docente.

Consideramos fundamental que a ADUNICAMP, cumprindo seu programa e os princípios nele expressos, leve à frente a discussão sobre o movimento sindical e participe dos foruns das duas centrais e dos foruns intersindicais acompanhando as discussões que estiverem acontecendo. Nossos diretores já participam dos foruns da CUT, da CGT, e agora acompanham com cuidado o desenrolar desse novo quadro com o rompimento de setores da CGT com a Central. Reafirmamos, tal como na eleição para a ADUNICAMP, nossa posição contrária a filiação a CUT ou CGT.

4. No que diz respeito à questão financeira, consideramos importante o levantamento do quadro nacional com relação a contribuição das diferentes AD's e da relação entre esse quadro e a presença nos Congressos (proporcionalidade da representação). Além disso reafirmamos, conforme posição da própria Diretoria, nossas propostas alternativas de contribuição à ANDES de maneira a não penalizar as bases da ANDES que são as AD's locais.

5. Consideramos fundamental ainda, lutar por uma ANDES ampla, unitária, baseada no pluralismo de idéias, combativa e independente dos partidos políticos, que corresponda aos anseios do conjunto dos docentes na sua luta por uma Universidade, Pública democrática e progressista que contribua efetivamente com as transformações sociais que o país reclama.

CONGRESSO DA ANDES  
NOVAMENTE A QUESTÃO DA UNIDADE

DELEGADOS DE BASE AO VII CONGRESSO DA ANDES:  
JOSÉ VITORIO ZAGO  
JOSÉ BENEDITO SCHNEIDER  
EDMUNDO FERNANDES DIAS

O CONGRESSO CUMPRIU SUA PAUTA

Como foi amplamente divulgado, o VII Congresso Nacional da ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior) ocorreu em Juiz de Fora - MG, de 24 a 30 de Janeiro p.p. Antecedendo ao mesmo, ocorreram, nos dias 23 e 24, o 2º Encontro de Docentes das AD's das IES Estaduais, o 1º Encontro Nacional de Docentes de 1º e 2º Graus das AD's das IES Federais e um Seminário Nacional sobre Democratização da Universidade que contou, entre outros debatedores, com o Prof. José Arthun Giannotti, da USP.

A pauta do Congresso previu 5 temas:

- I- CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA
- II- MOVIMENTO DOCENTE E ORGANIZAÇÃO SINDICAL  
Filiação da ANDES a uma Central Sindical
- III- POLÍTICA EDUCACIONAL
- IV- QUESTÕES SETORIAIS - FEDERAIS, PARTICULARES E  
ESTADUAIS
- V- QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

O cronograma aprovado previa a discussão dos temas I e II, nos grupos, durante toda a segunda feira, o tema III na terça o IV na quinta, o V na sexta e plenárias na quarta (I, II e III), e sábado (IV e V). Com pequenos problemas de horário, este cronograma foi plenamente cumprido. O Relatório Final está a disposição dos interessados na ADUNICAMP. As Resoluções estão no Boletim ANDES nº 34 (março/88), distribuído nesta semana a todos os docentes da UNICAMP.

Além destas resoluções foi aprovado um acordo entre ANDES e a FENPROF (Federação Nacional de Professores de Portugal), de intercâmbio e cooperação. Ainda no campo internacional, o Congresso aprovou o indicativo de associação da ANDES a CMOPE e/ou a FISE, entidades internacionais de educação, a ser discutido nas AD's e decidido em Congresso futuro.

SO UMA CHAPA DE APRESENTOU PARA A SUCESSÃO.

O VII Congresso teve 277 delegados de 59 AD's, de todas as regiões do país. Além dos temas inerentes ao próprio evento foi também aprovado o regimento para as próximas eleições da diretoria da ANDES, a se realizar em 4, 5 e 6 de maio/88. Conforme o Estatuto em vigor, as chapas concorrentes a direção devem inscrever, até o final do Congresso imediatamente anterior à eleição, seus candidatos a

Presidência, Secretaria Geral e 1ª Tesouraria. Neste ano, apenas uma chapa se inscreveu, assumindo identificação com o trabalho da atual diretoria. Um setor minoritário de delegados ao Congresso, que se colocou como oposição, poderia ter inscrito seus candidatos e não o fez.

Entretanto pouco tempo depois do fim do Congresso este setor distribuiu dois documentos de crítica a decisões tomadas por ampla maioria dos delegados. Estes documentos, intitulados "Por uma ANDES Independente" e "Preservando a Unidade do Movimento Docente", são assinados por 37 delegados, de um total de 277, incluindo a companheira Helena Costa Lopes de Freitas da ADUNICAMP. Eles centram a crítica, fundamentalmente, no Indicativo de filiação a 'CUT', aprovado por 179 votos a favor, 43 contra e 28 abstenções. A terminologia e "atitude golpista", "aparelhamento", "tentativas de partidização", "instrumentalização" e outros termos já conhecidos. Os signatários, ainda "assumem o compromisso democrático com as bases do MD de fazer denúncia (sic.) nas AD's, desta deliberação, lutando assim para a manutenção da unidade (grifo nosso) do MD e do movimento sindical em geral".

Como delegados ao Congresso, eleitos em assembleia da ADUNICAMP, e apoiadores da decisão majoritariamente tomada, queremos mostrar aos docentes da UNICAMP, a impropriedade das críticas dos documentos e o grave equívoco contra a democracia cometido pelos signatários.

#### O CONGRESSO FOI REPRESENTATIVO

O número de AD's que faz parte do movimento docente e esteve presente ao Congresso foi 59 (cinquenta e nove), conforme relatado. E não 75 (setenta e cinco), como dizem os documentos. Um deles até questiona a representatividade de uma parte dos delegados (sintomaticamente, os que eram favoráveis à filiação à CUT, no VII Congresso), alegando Assembleias Gerais esvaziadas. Ora, a situação foi muito diversificada em todo o país. Tanto esta quanto outras posições tiveram delegados escolhidos em assembleias mais, ou menos cheias. Se levado à frente este critério, deveria abranger não só parte do setor citado como muitos dos signatários do documento. E deveria ser apresentado antes do início dos trabalhos do Congresso. No outro documento, que tem a mesma data do anterior, esta questão é suprimida sem mais explicações.

#### A DISCUSSÃO DA FILIAÇÃO A UMA CENTRAL FOI DEMOCRÁTICA

A questão de filiar (ou não) a ANDES a uma Central Sindical (CUT ou CGT) já há cinco anos está na pauta dos Congressos da ANDES, que sempre respeitaram as decisões soberanas das Assembleias das AD's,

expressas por seus delegados. Esta norma democratica mais uma vez foi exercitada, quando a maioria dos presentes (122), expressando posições de suas bases, rejeitou a filiação da ANDES a uma Central Sindical, neste Congresso. Também expressando posições de suas bases, uma parte expressiva dos delegados (93) votou por esta filiação. Não houve votação sobre qual Central Sindical seria esta, dado o resultado anterior. Sintomaticamente, nenhuma intervenção no Congresso foi favorável à filiação à CGT. Entre os 122 votos, havia muitos simpatizantes da CUT que votaram de acordo com sua assembleia e não com suas convicções pessoais. O mesmo não se pode dizer de um dos signatários dos documentos (João Augusto - Fed. Bahia), que recebeu a delegação de sua assembleia para votar favoravelmente a filiação e se ausentou propositalmente, no momento devido.

Tendo em vista o fato de ser inexpressivo no Movimento Docente Nacional qualquer setor que apoie a CGT e tendo em vista a mesma análise de conjuntura que os dois documentos colocam (que todo o MD compartilha), a diretoria da ANDES pediu aos delegados (representando a base do movimento) aval para o trabalho junto a CUT, já que a CGT não oferece qualquer perspectiva e facilidades para um trabalho conjunto, mesmo deixando de lado a concepção do "sindicalismo de resultados". Note-se que um dia após o Congresso da ANDES, a CGT se cindiu em duas, após "cenas de banditismo explícito" numa plenária realizada na USP. Este aval era necessário justamente para evitar acusações de manobras de cúpula, acusações que poderiam facilmente ser postas no mercado. Além disso, a diretoria da ANDES não abdicou de seu papel de direção política do movimento, ao apontar a necessidade de uma unidade cada vez mais orgânica com todos os trabalhadores do país, concretizada na filiação da ANDES a única Central Sindical que tem colocado o movimento sindical a serviço dos trabalhadores e não da classe dominante.

Como é patente no indicativo aprovado pelo Congresso (179 votos a favor, 43 votos a favor da proposta da companheira Helena e 28 abstenções), a decisão de filiação continua, como sempre esteve, a cargo da base do movimento com sua expressão nas assembleias de escolha dos delegados ao VIII Congresso no próximo ano. Portanto pelas razões expostas discordamos frontalmente do termo "atitude golpista".

#### O CONGRESSO MANTEVE A UNIDADE

É direito da minoria discordar de decisões tomadas pela maioria. Entretanto na forma em que a crítica está colocada, ao invés de se trabalhar pela unidade está se trabalhando contra o movimento. Porque não se questionou a representatividade dos delegados antes das decisões do Congresso? Porque não se lançou uma chapa de oposição a

atual diretoria? A verdade é que os autoproclamados representantes das bases do movimento não as tem em proporção suficiente para responder às duas perguntas acima.

Para finalizar queremos declarar que envidaremos nossos melhores esforços para: 1º aprofundar o debate sobre o movimento sindical e contribuir para sua unidade e fortalecimento. 2º apoiar as posições hoje majoritárias na ANDES, que construíram uma entidade forte, representativa, democrática e supra-partidária. 3º fortalecer a ANDES e as AD's e lutar pela sua filiação à CUT.

# 4, 5 e 6 de MAIO ELEIÇÕES DA ANDES